



# Estudo Técnico n.º 17/2013

---

**OBRIGATORIEDADE DE APLICAÇÃO DO EXCESSO DE  
ARRECADAÇÃO DOS RECURSOS QUE COMPÕEM O  
FUNDEB E DAQUELES DESTINADOS À MANUTENÇÃO  
E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.**

**Cláudio Riyudi Tanno**

---

**Dezembro/2013**

**Endereço na Internet: <http://www.camara.gov.br>  
e-mail: [conof@camara.gov.br](mailto:conof@camara.gov.br)**



Solicitação de Trabalho nº 1.478/2013 CONOF

Solicitante: Deputado Dr. Luiz Fernando

**ESTUDO TÉCNICO Nº 17/2013**

**OBRIGATORIEDADE DE APLICAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DOS  
RECURSOS QUE COMPÕEM O FUNDEB E DAQUELES DESTINADOS À  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

**1. Introdução**

O presente Estudo Técnico foi motivado pela Solicitação de Trabalho nº 1478/2013, do Deputado Dr. Luiz Fernando, que solicita estudo acerca da obrigatoriedade de aplicação, pelos municípios, de recursos decorrentes do excesso de arrecadação das receitas que compõem o FUNDEB e daqueles destinadas à aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE.

**2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, a fim de assegurar a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios para aplicação na manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação. Constituem recursos do Fundo, definidos no art. 60, II, do ADCT e no art. 3º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (Lei do FUNDEB):

**TABELA 1**  
**ORIGEM DE RECURSOS DO FUNDEB**

<b>ORIGEM<sup>1</sup></b>		<b>PARCELA</b>
1. Fundo de Participação dos Estados (FPE);	20%	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 21,5% da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) (art. 159-I-a da CF/88);</li><li>▪ 21,5% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) (art. 159-I-a da</li></ul>

<sup>1</sup> Inclui receitas da dívida ativa tributária relativa aos impostos previstos, bem como juros e multas eventualmente incidentes (art. 3º, XI, da Lei nº 11.494/07).



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira**

		CF/88);
2. Fundo de Participação dos Municípios (FPM);	20%	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 22,5% da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) (art. 159-I-b da CF/88);</li><li>▪ 22,5% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) (art. 159-I-b da CF/88);</li></ul>
3. Compensação pela desoneração de ICMS aos Estados exportadores (LC 87/98);	20%	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 100% dos recursos financeiros transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (art. 3º-§1º da Lei nº 11.494/07);</li></ul>
4. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);	20%	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 10% da arrecadação, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados por Estados e Distrito Federal (cota-parte estadual) (art. 159-II da CF/88)</li></ul>
5. Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação (ITCMD);	20%	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 100% da arrecadação de Estados e Distrito Federal (art. 155-I da CF/88);</li></ul>
6. Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);	20%	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 100% da arrecadação de Estados e Distrito Federal (art. 155-II da CF/88);</li><li>▪ 25% da arrecadação (cota-parte municipal) (art. 158-IV da CF/88);</li></ul>
7. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);	20%	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 100% da arrecadação de Estados e Distrito Federal (art. 155-III da CF/88);</li><li>▪ 50% da arrecadação sobre a propriedade de veículos licenciados no Município (art. 158-III da CF/88);</li></ul>
8. Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);	20%	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 50% da arrecadação, relativamente aos imóveis situados nos respectivos Municípios (art. 158-II da CF/88);</li><li>▪ 100%, quando fiscalizado e cobrado pelo Município (art. 153-§ 4º-III da CF/88);</li></ul>
9. Complementação da União	100%	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente (art. 60-V do ADCT);</li></ul>

Nos termos do art. 8º da Lei nº 11.494/07, os recursos do Fundo serão distribuídos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, entre o governo estadual e seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial.

A disponibilização dos recursos é realizada de forma automática e periódica, pelo Tesouro Nacional e pelos Órgãos Fazendários dos Governos Estaduais, ao Banco do Brasil, que procede a distribuição dos recursos mediante crédito em favor dos Estados e Municípios beneficiários, em conta única e específica instituída para essa finalidade.



O art. 60, XII, do ADCT obriga que pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos Fundos que compõem o FUNDEB serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

## **2. Aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)**

O art. 212 da Constituição de 1988 estabelece que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE. Para os municípios a origem dos recursos destinados para essa finalidade encontra-se na tabela a seguir.

**TABELA 2**  
**MUNICÍPIOS: ORIGEM DE RECURSOS A SEREM APLICADOS**  
**NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

<b>ORIGEM</b>	<b>IMPOSTO</b>
1. RECEITAS DE IMPOSTOS (inclui receita de dívida ativa, juros e multas)	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);</li><li>▪ Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI);</li><li>▪ Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);</li><li>▪ Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)<sup>2</sup>,</li></ul>
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Cota-Parte FPM;</li><li>▪ Cota-Parte ICMS;</li><li>▪ ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996;</li><li>▪ Cota-Parte IPI-Exportação;</li><li>▪ Cota-Parte ITR;</li><li>▪ Cota-Parte IPVA;</li><li>▪ Cota-Parte IOF-Ouro.</li></ul>

## **3. Excesso de arrecadação**

A Constituição estabelece, nos percentuais indicados, que o FUNDEB será constituído de recursos oriundos de impostos, além da complementação da União, e que para manutenção e desenvolvimento do ensino serão aplicadas receitas resultantes de impostos. Assim, essas duas vinculações estabelecem as aplicações em termos de receitas efetivamente arrecadadas e não nos valores previstos nos respectivos orçamentos.

---

<sup>2</sup> Sobre rendimentos pagos pelo Município, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira**

---

O excesso de arrecadação ocorre quando a arrecadação realizada supera a prevista. Nos termos do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, constituindo-se em recurso para abertura de créditos suplementares e especiais.

Verificado excesso de arrecadação nas receitas do FUNDEB ou para aplicação no MDE, o Poder Executivo municipal poderá propor a abertura de créditos adicionais, observada a vinculação para educação básica ou para manutenção e desenvolvimento do ensino. Caso se verifique superávit financeiro decorrente dessas origens, a vinculação manter-se-á para utilização em exercício financeiro seguinte, por meio da abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (art. 43, §1º, I, da Lei nº 4.320/64).

Para o FUNDEB, até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, poderão ser utilizados no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional (art. 21, §2º, da Lei nº 11.494/07).

Dessa forma, recursos destinados ao FUNDEB e à aplicação no MDE, decorrentes ou não de excesso de arrecadação e de exercícios anteriores, mantêm a vinculação original, assim como preceitua o art. 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000):

*“Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.”*

Brasília, 2 de dezembro de 2013.

Claudio Riyudi Tanno  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira